

attac portugal
maio 2011

A CRISE PORTU GUESA EM 10 MINUTOS

A crise económica portuguesa não tem origem num "Estado gastador", não é só da "responsabilidade deste Governo" nem dos cidadãos "que vivem acima das suas possibilidades"

Para a compreender há que recuar atrás no tempo e verificar que se tomaram ao longo dos últimos anos um conjunto de decisões políticas, justificadas por teorias económicas bastante em voga e enquadradas por premissas ideológicas que têm sido hegemónicas nas

*últimas
décadas.*



1. Para não recuarmos demasiado no tempo, vamos começar pela Integração Europeia e a criação de uma moeda única – o Euro.

☛ A liberalização dos mercados dentro da Europa e fora da Europa (no âmbito das negociações da Organização Mundial do Comércio) com o resto do mundo, deixou o nosso sector de bens transaccionáveis exposto a uma concorrência que não tinha condições para afrontar.

☛ Com a entrada no Euro, deixamos de ter a possibilidade de desvalorizar a “nossa moeda” para estimular as exportações e encarecer as importações

☛ Os critérios de convergência então adoptados ao nível da EU não tiveram em conta a situação real das economias, focalizando toda a sua atenção no controlo da inflação e dos deficits públicos em vez de apostar na convergência económica.

2. A partir da adesão à CEE, e com a posterior transformação da Comunidade Económica Europeia em União Europeia, Portugal entrava num projecto cada vez mais comprometido com o paradigma neoliberal. E esse paradigma estipulava, como continua a estipular, privatizações maciças, em especial das empresas que mais lucros davam ao Estado.

☛ Começou-se por privatizar o sector financeiro que serviu depois de pivot – através da concessão de crédito – ao restante plano de privatizações: EDP, PT, GALP, BRISA

☛ Acreditou-se que com um cenário macroeconómico estável – inflação baixa, moeda forte – associado a um mercado de trabalho mais desregulado e com salários mais baixos (mais competitivos) do que no resto da UE. A iniciativa privada e o empreendedorismo fariam o resto pelo florescimento e requalificação da economia portuguesa. Os mercados desregulados nacional e internacionalmente seriam fonte segura de prosperidade.



3. Mas todas as dificuldades vividas no âmbito do sector produtivo, nomeadamente a forte exposição à concorrência externa, desincentivaram o investimento nesta área, ainda para mais quando, ao mesmo tempo, através de Leis e políticas diversas, se abriam portas ao capital para o investimento em sectores rentistas, protegidos da concorrência externa: Imobiliário, distribuição, sector financeiro, energia e, mais recentemente, saúde e educação. A balança comercial portuguesa continuou a deteriorar-se. Importámos cada vez mais e produzimos cada vez menos o que consumimos.

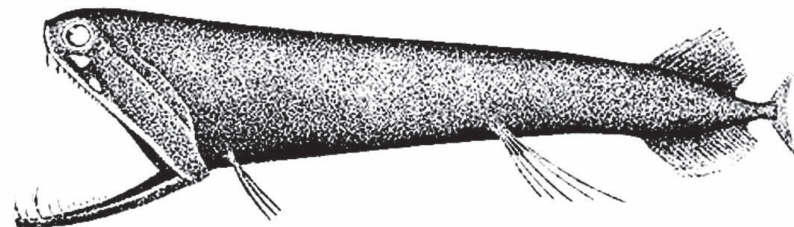
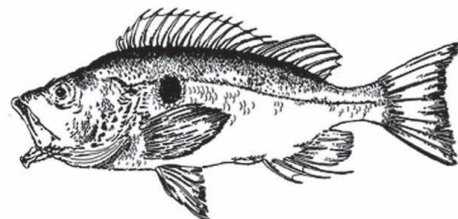


4. Por outro lado, as baixas taxas de juro e a moeda forte, foram o enquadramento ideal para o estímulo de uma cultura consumista associada a uma cada vez mais forte agressividade das instituições financeiras que se especializaram cada vez mais no crédito às famílias e não ao sector produtivo. O Endividamento privado cresceu para compra de casa e outros bens essenciais na medida em que a provisão pública recuava e os rendimentos estagnavam. Por outro lado ainda, a "obsessão pelo deficit", não só retirou margem de manobra ao Estado para intervir de forma sistemática no desenvolvimento da Economia, como levou o Estado a lançar mão a mecanismos para obter receitas extraordinárias (mais privatizações, titulação de dívidas ao Estado, integração de fundos de pensões) e conseguir fazer investimentos sem excessivo impacto imediato nas contas públicas, usando e abusando das chamadas Parcerias Publico-Privadas. Estas decisões tiveram o impacto contabilístico esperado no controlo do deficit mas, a prazo, tornaram-se negócios que criaram grande erosão nas contas públicas.



5. Em 2007/2008 rebenta a crise do subprime. A falência do gigante Lemon Brothers e, na mesma semana, a nacionalização, para evitar o encerramento, da AIG (a maior companhia de seguros norte americana) deu origem a um terramoto financeiro que bloqueou todo o sistema financeiro global. Nunca tivemos tão perto de um colapso total da economia mundial. Os governos de todo o mundo, em particular os dos EUA e da UE, salvaram o sistema da derrocada total injectando dinheiro dos contribuintes para cobrir os buracos escondidos dessas empresas. No entanto, a retracção do investimento, do consumo e do comércio internacional foi inevitável e tiveram consequências muito negativas em todas as economias, nomeadamente em pequenas economias

abertas como a portuguesa.



6. Mas a crise financeira não chegou a Portugal apenas vinda do exterior. A falência do BPP e do BPN, para além da sua componente de “caso de polícia”, está também relacionada com a prévia desregulação dos mercados financeiros e a supervisão ineficaz neste sector. Os custos directos da salvação do sistema financeiro em Portugal ainda estão longe de estarem todos contabilizados.

7. Com uma economia em grandes dificuldades, com enormes dificuldades em aceder ao crédito, com o seu sector produtivo fortemente deteriorado, com deficits comerciais cada vez mais altos, com famílias fortemente endividadas, as receitas do Estado caíram abruptamente ao mesmo tempo que crescia a pressão do lado das despesas, nomeadamente através do aumento das prestações sociais (como subsídios de desemprego) e dos compromissos assumidos no âmbito das Parcerias Público-Privadas

8. Aparece a percepção nos mercados financeiros de que o Estado poderá começar a ter dificuldade em pagar os empréstimos que faz no exterior e a dar garantias aos empréstimos do sector privado. Alimentados pela especulação financeira, os juros tornam-se cada vez mais altos, pressionando mais as contas públicas e a economia no sentido da recessão.

Neste cenário, é preciso sublinhar o papel das três agências de notação financeira. A Fitch, a Moody's e a Standard and Poor's, cuja credibilidade já tinha sido posta em causa no início da crise (o banco Lehmon Brothers, por exemplo, teve sempre classificação máxima até à sua falência), diminuíram em vários níveis e no espaço de pouco tempo, a classificação do risco da dívida soberana portuguesa. Sem ter por base qualquer indicador económico relevante, o corte abrupto do rating pressionou os juros no sentido ascendente.



Esta prática está a levantar querelas criminais em diversos países, uma vez que accionistas e clientes destas empresas de notação, são igualmente grandes investidores nestes títulos de dívida, cujos juros não param de crescer, influenciados pela classificação das próprias empresas de notação.

O Deficit e a dívida pública aumentam - cada vez mais pressionados pelos altos juros - e aparecem os PECs ("Plano de Estabilidade e Crescimento" - que no fundo são planos de redução de deficit) e os Orçamentos de austeridade, como uma inevitabilidade para tentar apaziguar os mercados financeiros.



9. As medidas de austeridade, para além do impacto social negativo, não têm a eficácia esperada quer no controlo do deficit quer na estabilização dos juros da dívida. As políticas de austeridade retraem o consumo e o investimento, portanto, para além de aumentarem o desemprego, diminuem ainda mais as receitas do Estado. Ao mesmo tempo, a pressão das despesas aumenta e o Estado perde margem de manobra para realizar investimentos públicos que dinamizem a economia. A ideia de que Portugal não conseguirá cumprir com as suas obrigações a nível de empréstimos generaliza-se cada vez mais como um fenómeno de "profecia auto-realizada", típico do funcionamento volátil dos mercados: Como o país não dá garantias, aumentam-se os juros e corta-se o crédito, criando ainda mais condições para que o país não dê garantias...



10. O Governo pede a intervenção do FMI, procurando a obtenção de um grande empréstimo com juros mais baixos do que os juros que estavam a ser praticados "no mercado", praticamente inacessíveis.

Em troca terá de aprofundar o seu programa de austeridade e as políticas de desregulação do mercado de trabalho e de privatizações que estão, no fundo, na origem da crise.

O que se passará "nos próximos episódios"? Só podemos garantir com certeza que a situação ainda vai piorar, antes de, qualquer dia, começar a melhorar.

Até quando?



GLOSSÁRIO

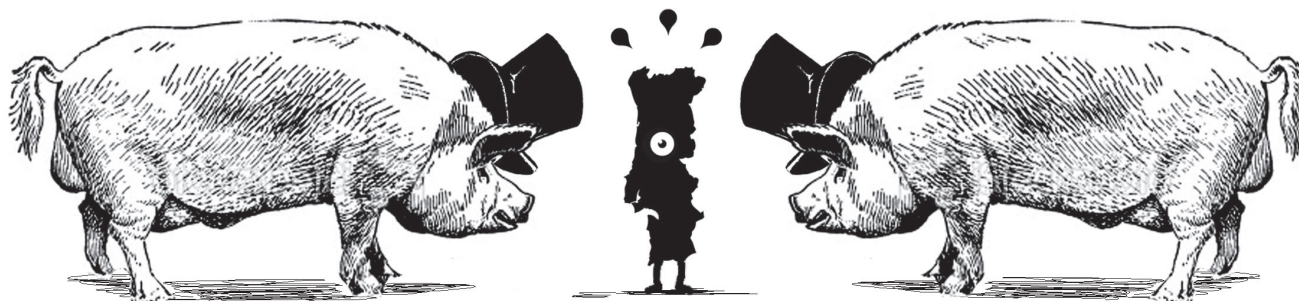
Desvalorização da moeda: Instrumento utilizado pelos governos para promover as exportações e diminuir as importações. Um hipotético escudo baixo face ao Euro, tornaria mais cara a compra de 1 carro em Espanha, se Espanha vendesse o carro em euros e Portugal tivesse que trocar escudos por euros para comprar esse carro. Pelo contrário, Espanha teria mais facilidade em comprar um tractor em Portugal do que na Alemanha, pois poderia trocar os euros que iria utilizar no mercado alemão por muitos escudos que, em Portugal, dariam para comprar mais do que um tractor.

Critérios de Convergência: São os critérios definidos pelo Tratado da Comunidade Europeia para que os países possam aderir ao Euro.

- a) Inflação baixa, próxima da taxa, no máximo, dos três Estados-Membros com melhores resultados em termos de estabilidade dos preços;
- b) Deficit público baixo, que não pode exceder os 3% do PIB;
- c) Taxas de juro baixas, próximas das dos Estados-Membros com menores taxas de Inflação

Privatizações: Venda de empresas de capitais públicos a privados. Permite um encaixe financeiro imediato mas a médio e longo prazo pode contribuir para a deterioração das contas públicas. Não só o Estado perde fontes de receita por via dos dividendos que essas empresas geravam, como perde receitas em impostos, uma vez que as empresas privadas, tipicamente, têm procedimentos fiscais que resultam no pagamento de menos impostos.

Sector Rendista: Actividades económicas que permitem obter uma renda regular sem grande necessidade de inovação, reforço do investimento ou exposição à concorrência. Tipicamente não é uma actividade de produção de bens transaccionáveis, para a exportação, por exemplo. Pelo contrário será a compra de bens imobiliários (auto-estradas, Rede Eléctrica Nacional), para daí obter uma "renda"



Parceria Público-Privada:

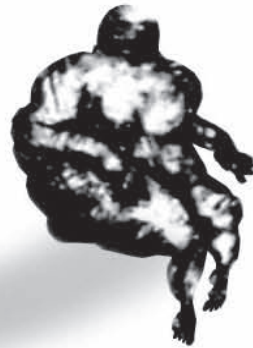
Contrato para a realização de um investimento público com dinheiro privado. Por exemplo: A construção e o funcionamento de um Hospital fica a cargo de um privado, mas o Estado deverá pagar um preço acordado por cada doente atendido, por cada médico de prevenção nas urgências, etc. No curto prazo o impacto do investimento não aparece nas contas públicas, uma vez que se vai repercutir ao longo dos anos, no médio e longo prazo.

Crise Subprime:

Crise financeira que começou nos EUA no mercado do crédito à habitação às famílias com baixos rendimentos. Sem regulação ou supervisão, grandes instituições emprestaram somas avultadas, a juros altos a famílias que não conseguiram cumprir com os pagamentos. O risco desses empréstimos estava de tal forma disseminado e alavancado por todo o mercado financeiro através dos chamados “produtos tóxicos”, que a crise do “subprime” deu origem a uma gigantesca derrocada com a falência de muitas instituições.

Deficit Público:

Diferença entre receitas e despesas do Estado em determinado ano. Todos compreendemos que é necessário por vezes haver períodos mais ou menos longos em que é necessário gastar mais do que o que se ganha. Durante a infância e a velhice, por exemplo. Mas todos compreendemos também que não é sustentável manter infinitamente as despesas acima do nível das receitas. Numa tentativa de diminuição do deficit os Governos podem procurar aumentar as suas receitas (subindo os impostos, por exemplo), e/ou diminuir as suas despesas (diminuindo o investimento, por exemplo). No entanto, os resultados dessas políticas não são facilmente previsíveis. Por exemplo, o fim de um investimento, pode dar origem a dificuldades acrescidas junto de empresas que dependiam desse investimento e, indirectamente originar desemprego, que significa menos receitas (por via dos impostos) e mais despesas (por via das prestações sociais)





www.attac.pt